

Revisitando a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista (1960-1982)*

Revisiting the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work (1960-1982)

Silmai Lazaro Neves Dutra**

Resumo – O presente artigo investiga a aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista no período compreendido entre 1960 e 1982. Desse modo, ao buscarmos compreender o movimento da profissão no seio do próprio movimento histórico, identificamos os principais momentos da referida aproximação. A investigação sugere que a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista avança no tempo efetivando saltos qualitativos, donde a produção de Marilda Villela lamamoto demarca um importante momento de inflexão para a categoria dos assistentes sociais.

Palavras-Chave: Serviço Social brasileiro; tradição marxista; Marilda Villela lamamoto.

Abstract – This article investigates the approximation to the Marxist tradition of Brazilian social work in the period between 1960 and 1982. In this way, as we seek to understand the movement of the profession within the historical movement itself, we identify the main moments of this approximation. Research suggests that the interlocution between social work and the Marxist tradition advances in time, making qualitative leaps, in which the production of Marilda Villela lamamoto marks an important moment of inflection for the category of social workers.

Keywords: Brazilian social work; Marxist tradition; Marilda Villela lamamoto.

* O presente estudo é parte dos resultados da pesquisa *Tradição marxista e os problemas da dialética no Serviço Social brasileiro (1960-1982)*, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UJFJ). O objetivo geral foi demonstrar como se efetivou o movimento de aproximação (e interlocução) entre o Serviço Social e a tradição marxista entre 1960 e 1982, identificando possíveis problemas.

** Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atua como assistente social na UFJF. *Correspondência:* Rua Pedro Gerhein, nº 69, São Pedro, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-620. *Email:* <silmai.dutra@hotmail.com>.

1 Serviço Social e tradição marxista: ingerências externas e particularidade brasileira

Numa análise diacrônica, o próprio movimento real do Serviço Social brasileiro nos demonstra como a profissão buscou legitimar sua prática profissional e sua compreensão de mundo a partir de distintas concepções ecléticas e conservadoras (IAMAMOTO, 2008, 2012, 2013; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010; NETTO, 2011a, 2011b).

Do ponto de vista da herança intelectual – do modo de ler e conceber a sociedade e, nela, a profissão –, o Serviço Social cresce no universo cultural do *pensamento humanista-cristão* e, mais tarde, vai se secularizar e se modernizar nos quadros do *pensamento conservador europeu* – do anticapitalismo romântico, que tende a ler a sociedade como uma grande comunidade, em que as classes sociais desaparecem da análise – privilegiando-se a ótica da harmonia, da solidariedade no ordenamento das relações sociais. Mais tarde, incorporamos a herança das ciências humanas e sociais, especialmente na *sua vertente empiricista norte-americana*. A essas fontes de inspiração intelectual alia-se, na década de 70, no auge do movimento de reconceitualização, o *estruturalismo haurido em Althusser*, entre outros, e também o *marxismo vulgar*, que vêm temperar uma análise de cunho marcadamente positivista e empiricista da sociedade, mas acalentada por um discurso marxista, aparentemente progressista e radical. (IAMAMOTO, 2013, p. 205 – grifos nossos).

Munido de concepções conservadoras e tradicionais, o Serviço Social, inicialmente, ancora-se em distintas e variadas referências teóricas, ideológicas e culturais; caminha desde as bases mais doutrinárias e religiosas (com destaque para a Doutrina Social da Igreja Católica) até a recepção, frequentemente acrítica, de produtos e subprodutos da corrente positivista derivada de Auguste Comte e Émile Durkheim (NETTO, 2011b). No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o Serviço Social passa por importantes transmutações.

Sabe-se que o processo *renovador do Serviço Social* emerge nos anos 1960, relacionado a inúmeras ingerências extrínsecas à profissão e influências de um quadro societário (político, ideocultural e econômico) singular. Têm-se as “reformas de base”, a “crise e colapso do populismo”, a “reordenação das posições dos países imperialistas com relação aos dependentes” etc. (QUIROGA, 1991, p. 87). Dentre os distintos processos que ocorrem na própria dinâmica do capital, Netto (2011a, p. 144) sinaliza três vetores que, convergidos, atingem (não sem as devidas mediações) a reprodução da categoria profissional: a revisão crítica nas Ciências Sociais, “o deslocamento sociopolítico” das instituições que mantinham ligações históricas com o Serviço Social (como a Igreja Católica, por exemplo), e, por fim, um conjunto de contestações do movimento estudantil,

Além disso, sabe-se também que, a partir da referida década, o sistema capitalista enfrenta o fim paulatino das conhecidas *décadas de ouro* (NETTO; BRAZ, 2010), ao mesmo tempo em que determinados países da América Latina passam por assombrosos processos ditatoriais (Brasil, Argentina e Peru, dentre outros). Desse modo, no interior da realidade latino-americana – e por suposto brasileira – o Serviço Social se desenvolve num ambiente que é marcado pela “crise do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, pelo agravamento das desigualdades e pelo acirramento das lutas sociais e de mobilização das classes subalternas” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 38-39).

Nesta conjuntura, o ambiente é “favorável” às mobilizações dos subalternos em prol de pautas *mais imediatas*. Desse modo, juntamente com as demandas econômicas, outras reivindicações – sociais, culturais e étnicas, dentre outras, de numerosos movimentos sociais – jovens, mulheres, negros etc. – são notáveis. É nesse clima de efervescência que as ingerências mundiais imbricadas ao quadro de efervescência social e de agitação política na América Latina (além de outras especificidades nacionais) também impactam a profissão e impulsionam um cenário de *questionamentos* do Serviço Social tradicional (NETTO, 2011a).

O lapso temporal que abriga tais *questionamentos* no contexto latino-americano compreende aproximadamente 10 anos (1965-1975) (IAMAMOTO, 2008, p. 205), desenvolvendo-se em distintos países da região, tendo suas vertentes mais progressistas, num primeiro momento, refreadas pelas ditaduras implantadas com o apoio imperialista estadunidense. De acordo com Faleiros (1987, p. 51), “[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”.

Por Reconceituação entende-se todo um processo de questionamento da profissão do assistente social, que se estendeu pela América Latina e que, iniciado nos anos 60, tem repercussões e desdobramentos até os dias de hoje. Esse movimento reuniu diferentes correntes de pensamento, que tinham entre si um ponto de convergência inicial: o fato de serem contestárias de um Serviço Social marcado pelo seu posicionamento mantenedor do *status quo*. (QUIROGA, 1991, p. 86-87).

Observe-se que o debate latino-americano em torno da Reconceituação – além de pautar a questão da *superação do subdesenvolvimento* e possibilitar uma “*grande união*” (NETTO, 2011a, p. 146) entre profissionais, que abriu as vias para a dita *renovação* (vide o Seminário de Porto Alegre em 1965) –, reúne profissionais de vários países, como Herman Kruse, Natálio Kisnerman, Seno Cornely, Ezequiel Ander-Egg, dentre outros da chamada “Geração 65”. Todavia, novos profissionais também foram inseridos neste movimento: Leila Lima Santos, Vicente de Paula Faleiros, Boris Lima etc.

De acordo com Iamamoto (2015), a “unidade desses novos interlocutores, apesar de suas diferenças internas, é a busca por fundamentos para a análise profissional no campo dos ‘marxismos’” (IAMAMOTO, 2015, p. 236). Note-se que o “desenvolvimento das ideias de Marx, pós-Marx, foi extremamente diversificado, o que leva a que não se possa falar de Marxismo e, sim, de marxismos, implicando diferentes compreensões e incompreensões de sua obra, com seus matizes variados” (QUIROGA, 1991, p. 93). Neste sentido, inicialmente o Serviço Social se aproximou de determinadas correntes da tradição marxista, como o maoísmo, o neopositivismo estruturalista, o marxismo derivado da II¹ e III Internacionais² etc.

Em contrapartida, inserida de modo particular no bojo do *movimento reconceptualizador* latino-americano (1965/1975), a realidade brasileira passa igualmente por inúmeras agitações sociais, culturais, políticas e econômicas. É neste contexto que podemos encontrar e situar o ponto de partida da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. Este encontro tardio em parte pode ser justificado pelo “profundo conservadorismo que dominava os meios profissionais” (NETTO, 1991, p. 85) desde sua origem (e, “ainda, à ausência de uma definida *preocupação teórica* entre os assistentes sociais” – NETTO, 1991, p. 85 – grifos no original). Entretanto, não prescinde da análise da própria realidade macrossocial na qual a profissão se insere e, logo, da própria compreensão da inserção da tradição marxista no Brasil. Neste último caso, até 1950, o acúmulo do pensamento marxista esteve diretamente ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB). Quando há a quebra *deste monopólio* a partir de 1955 e o rebatimento da tradição marxista em pensadores sem vínculos partidários (como Florestan Fernandes e Álvaro Vieira Pinto), o processo de amadurecimento de uma tradição marxista no país é interrompido pelo regime de abril e sua *política cultural*. Abriu-se um ambiente propício para a emergência do “*marxismo acadêmico*” e de “agrupamentos revolucionários” (NETTO, 2011a).

Um dado factual a destacar é que, inserida no lapso temporal de vigência do Movimento de Reconceitualização, nas primeiras colisões com a referida tradição, a descrita aproximação se processa frequentemente junto a distintos *intérpretes* de Marx, muitas vezes através de materiais de qualidade bastante discutível, sobretudo por meio de manuais de divulgação (NETTO, 1991, p. 86). Para Netto (2011a, p. 148-149):

É no marco da reconceptualização (ou reconceitualização) que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da

¹ O “marxismo vulgar” da II Internacional compreende a obra marxiana como uma “sociologia científica que desvenda o mecanismo da evolução social a partir da análise econômica” (NETTO, 1991, p. 82). Nele, predomina a inevitável transformação socialista como corolário evolucionista.

² A III Internacional, marcada pelo neopositivismo e transformada em instrumento do Partido Russo, promove o famoso “marxismo-leninismo” (“ideologia oficial do Estado stalinista” (NETTO, 2006, p. 50-51)); o marxismo institucionalizado que se afirma como a única interpretação correta de Marx (NETTO, 1981).

tradição marxista – e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata, como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto [...] o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade.

Segundo Quiroga (1991, p. 88), também é preciso compreender que o Movimento de Reconceitualização – que não foi homogêneo nem linear (IAMAMOTO, 2008) – não conseguiu romper radicalmente com o legado conservador que predominou na história do Serviço Social; “a Reconceitualização levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora” (QUIROGA, 1991, p. 88).

Segundo as análises de Netto (1991), para melhor entender a relação do Serviço Social com a tradição marxista no cenário brasileiro, é preciso considerá-la inserida no *período de renovação do Serviço Social* no país entre 1960 e 1980. Imerso no quadro de emergência e ocaso da ditadura civil-militar (1964-1985), o Serviço Social sofre profundas transformações. Dentre outros impactos, tem-se a ampliação dos *lôcus* ocupacionais; a sua efetiva *inserção no âmbito universitário* e, logo, o seu processo de *laicização*. Processos impulsionados pelas exigências da “*modernização conservadora*”, levada a cabo pelo quadro autocrático burguês (NETTO, 1991, p. 86). Este quadro, contraditoriamente, *impulsiona* o “*amadurecimento intelectual*” da categoria, embora por vias incertas.

Em linhas gerais, de acordo com Netto (2011a), as *principais* tendências renovadoras do Serviço Social em relação ao tradicionalismo profissional foram: a *modernização conservadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*. Sinopticamente, a primeira foi estimulada pelo regime autocrático burguês e respondeu favoravelmente àquele quadro, tendo seu ponto alto na sistematização de Araxá-MG (1967) e de Teresópolis-RJ (1970). Como característica principal, essa vertente buscou *contribuir para o “desenvolvimento”* através de seu *modus operandi* arrimado nas ditas Ciências Sociais de cariz neopositivista (estrutural-funcionalista). Por fim, juntamente com a derrocada do regime autocrático burguês, tal perspectiva experimenta seu ocaso.

A partir do segundo lustro da década de 1970, a vertente de *reatualização do conservadorismo* emerge como *alternativa* à perspectiva modernizadora, “recusando” essencialmente o seu caráter neopositivista. Esta nova vertente, com efeito, reivindica-se atrelada à *fenomenologia*, porém mantém e/ou busca recuperar os lastros católicos tradicionais da profissão. Tal perspectiva trava um duplo combate: posiciona-se *contra* o positivismo e também repele tacitamente as ingerências marxistas e de segmentos da Igreja Católica de ala mais progressista, isto é, aquela vinculada à *Teologia da Libertação*. Além de resgatar os traços mais tradicionais do Serviço Social brasileiro, seus objetivos centrais podem ser sintetizados na ampliação das referências teóricas para subsidiar as intervenções profissionais de “microescala” (NETTO, 1991, p. 87). Realizando uma aproximação parca e rasa à fenomenologia, isto é, distanciada das fontes originais – talvez com a exceção da obra de Merleau Ponty –, cabe afirmar que, de acordo com a linha interpretativa de Netto (2011a), esta vertente não obteve expressão de monta no interior da categoria profissional.

Por fim, em 1970 surge a perspectiva que objetiva a ruptura com o tradicionalismo na profissão. No quadro de agitações sociais do início da década de 1960, através do movimento estudantil e das demais forças progressistas da época – além de setores da Igreja Católica afirmando-se politicamente contrários à ditadura –, os precursores desta vertente buscam expressar os interesses dos dominados. Porém, a sua afirmação no debate da categoria profissional realmente só emerge entre 1972-1975, ficando, entretanto, “insulada” na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) devido ao quadro repressivo imposto pela autocracia burguesa – e também às próprias resistências a suas ideias no meio profissional. Na transição da década de 1970 para a década de 1980, no período de “*abertura democrática*” e com a expansão das lutas sociais, tal vertente se amplia no espaço acadêmico, espalhando-se para outras universidades (NETTO, 1991, p. 88). No decorrer da década de 1980, atesta sua maturidade através da publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982).

2 Os principais momentos de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista

No intento de resgatar o movimento real de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista, a pesquisa buscou rastreá-la a partir de 1960. Desse modo, pôde-se concluir que existiram três momentos centrais da referida aproximação. O “*primeiro momento*”, portanto, efetiva-se pela via da militância política no bojo de movimentos político-organizativos, como o movimento estudantil, e movimentos de camadas médias urbanas, entre 1964-1968. Este processamento, é obvio, padece das constrições (im)postas pelo regime autocrático burguês, de modo que se instaura

um ambiente pouco propício para a emergência e desenvolvimento desta “primeira” aproximação à tradição marxista. Para Netto (2011a, p. 268):

Todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela igreja, situados *fora* do leito histórico do PCB). Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc.

Nas conclusões de sua tese de doutoramento, Silva (1991, p. 433) afirma que não existiram grupos “organizados com a intenção explícita de introduzir o pensamento marxista no Serviço Social”. Para a autora, “existem evidências de que esta aproximação se processou basicamente, pela ação de militantes da chamada esquerda católica, estudantes e/ou profissionais de Serviço Social [...]”; protagonistas “[...] que na conjuntura dos anos sessenta e setenta, se aproximaram – individual ou coletivamente – do pensamento marxista” (SILVA, 1991, p. 434). A autora confirma que:

[...] Basicamente, a primeira aproximação do Serviço Social à tradição marxista ocorreu pela ação de leigos católicos (e alguns religiosos) que descolando-se da clássica posição da Igreja Católica frente ao marxismo – porém sem aderir ao comunismo – abriram-se à discussão e crítica das interpretações religiosas sobre a chamada ‘questão social’ e os métodos da ‘Ação Social’. (SILVA, 1991, p. 434).

Segundo Silva (1991), grande parte dos docentes por ela entrevistados afirmou ter conhecido escritos *althusserianos* por indução da Ação Popular (AP) e/ou da Juventude Universitária Católica (JUC) no fim dos anos 1960. Por meio da AP, o grupo católico também se aproximou do pensamento *maoista*. Já a menor parcela do grupo entrevistado, vinculada ao PCB, aproximou-se de insumos marxistas através do próprio partido.

A pesquisa de Quiroga (1991, p. 102) também demonstra que – no caso dos docentes por ela entrevistados nos anos 1980 – a “aproximação aos ‘marxismos’, deu-se, em muitos casos, através da militância político-partidária e, só tardiamente, sua discussão foi incorporada ao debate profissional”. Ao cabo de sua pesquisa, a autora descobre que na maioria dos casos “a tomada de contato com as ideias marxistas ou marxianas se deu, fundamentalmente, na juventude, por meio da participação nos movimentos sociais, ou pela vinculação à Universidade nos anos mais recentes” (QUIROGA, 1991, p. 103). A autora conclui que ambas as vias de acesso a Marx “se mostraram precárias, repassando um marxismo cristalizado e limitado” (QUIROGA, 1991, p. 104).

Abramides (2016) relata uma experiência de professores e alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que ilustra este momento. Segundo a autora:

[...] em 1968, os estudantes da escola de Serviço Social da PUC-SP paralisaram as aulas por três meses juntamente com os professores e debateram um novo projeto de formação profissional. Alguns professores, ao voltarem do Encontro de Teresópolis, apresentaram a metodologia baseada em ‘variáveis e funções’, denominadas ‘situações sociais problemas’. A vanguarda do movimento estudantil, por influência da corrente marxista na militância política, criticou a vertente funcionalista e tecnicista, debateu a importância dos campos de estágios junto à população trabalhadora, incorporou o método Paulo Freire na pedagogia da ação e defendeu a participação paritária nas instâncias colegiadas entre professores, estudantes e funcionários. (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

A “primeira aproximação” nos anos 1960 também consta nas argumentações de Iamamoto (2008, p. 210); segundo a autora, o “encontro do Serviço Social com a perspectiva crítico-dialética deu-se por meio do *filtro da prática político-partidária*. Por meio dela muitas inquietudes foram *transferidas da militância política para a prática profissional*”. Contudo, verifica-se, seguindo as pegadas deixadas por Netto (2011a), que, como não há sistematização expressiva a respeito desta “primeira aproximação” – própria da década de 1960 –, *o primeiro momento real, efetivo e expressivo de aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista pode ser creditado ao processamento do chamado “Método-Belo Horizonte” (Método-BH) na década de 1970*³. Neste sentido, o referido autor observa:

Quando se repõe no marco profissional [e aqui claramente se trata da experiência de Belo Horizonte], ela [a aproximação à tradição marxista] é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma cancelaram as deformações próprias dessa instrumentalização. Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se ancora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista – donde a reiteração de discussões sobre ‘idealismo’, ‘materialismo’, ‘ciência’ e ‘ideologia’, ‘teoria e prática’, ‘prática teórica’ etc. (NETTO, 2011a, p. 268).

Se a experiência belo-horizontina é efetivamente o primeiro momento, *num segundo momento* (aquele “de consolidação acadêmica” da perspectiva de *intenção de ruptura*) predomina o chamado *marxismo acadêmico*, que, somente no marco da transição “democrática”, consegue subsi-

³ Em 1972, Vicente de Paula Faleiros publica, em Buenos Aires, *Trabajo social: ideología y método*. Ele realiza uma peculiar e crítica interlocução com a tradição marxista, porém não o incluímos aqui. Apesar da importância dessa obra, sua exclusão deveu-se porque não encontramos o livro de 1972; o material original é de difícil acesso. Além disso, as versões mais recentes sofreram alterações consideráveis, obstando nossa análise.

diar suas análises através de elaborações originais, inclusive, recuperando autores “clássicos”. Todavia, Netto (2011a) divide esta segunda aproximação em dois patamares: o primeiro, no “*pós-Método-BH*” – que se situa ao cabo de 1970 e início de 1980 –, e o segundo, que é demarcado pela produção de Iamamoto (1982), parcialmente publicada em Iamamoto e Carvalho (2010). Nas palavras de Netto (2011a), no primeiro “patamar desse momento”, temos que:

[...] insulada e neutralizada a universidade, a referência à tradição marxista, ainda com fortes traços de redução epistemologista, funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente paradigmática – no entanto, obedecendo a exigências intelectuais rigorosas. (NETTO, 2011a, p. 269).

No segundo momento,

[...] prolongam-se as incidências do ‘marxismo acadêmico’, mas o quadro da transição democrática repõe política e história como objetos práticos inelimináveis e possíveis da reflexão – e a elaboração passa socorrer-se das fontes originais, com recurso a ‘clássicos’ que, à diferença do marxismo estruturalizado, contemplam a historicidade. (NETTO, 2011a, p. 269).

Outra reconhecida autora do Serviço Social brasileiro, Santos (2007, p. 73), aponta que o primeiro momento de aproximação à tradição marxista ocorre no bojo do “Movimento de Reconceituação”. Tal apropriação, segundo a autora, efetiva-se por meio da “militância política”, traduzindo-se, contudo, numa “apropriação ideológica do Marxismo”.

Muito próxima à linha argumentativa de Netto (2011a), porém não aprofundando a reflexão, Santos (2007) certifica que é na década de 1980 que se situa o segundo momento de aproximação do Serviço Social à tradição marxista. A autora não explicita a mesma distinção cronológica que Netto (2011a) realiza neste segundo momento, porém concorda em outro ponto: para a ela, a despeito de um nascente movimento de interlocução com os escritos marxianos – e aqui Santos (2007) reconhece o pioneirismo de Iamamoto [no texto de 1982] – e marxistas de maior rigor analítico, neste momento ainda se tem uma apropriação predominantemente marcada pelo “epistemologismo”. Todavia, a denúncia de Santos (2007) somente confirma parte das proposições de Netto (2011a), não acrescentando novidades ao debate.

Quem também contribui pouco à discussão – dadas as limitações cronológicas de sua pesquisa – é Silva (1991). Segundo a autora, após a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte (1972-1975), outras “tentativas de implementar o Serviço Social – teórica e praticamente – a partir das vertentes do pensamento marxista, só

ocorreram posteriormente a 1975” (SILVA, 1991, p. 437). Nestas, Silva (1991) ainda destaca que a aproximação de alguns narradores (por ela entrevistados) à tradição marxista ocorreu nos cursos de pós-graduação – no Brasil e no exterior –, principalmente nos programas de Ciências Sociais. Por estas trilhas, os profissionais de Serviço Social foram vinculando-se aos “docentes desses programas” (SILVA, 1991, p. 438).

Outra autora, Simionatto (1999), seguindo as pistas deixadas por Netto (2011a) e Silva (1991), também sustenta que aquela “primeira aproximação” à tradição marxista nasce nos anos 1960:

[...] ocorreu através da militância política mediante a articulação com a esquerda católica especialmente através da Juventude Estudantil Católica-JEC, Juventude Universitária Católica-JUC, Juventude Operária Católica-JOC e, posteriormente, através do Movimento de Educação de Base-MEB e Ação Popular-AP. (SIMIONATTO, 1999, p. 182).

A autora igualmente afirma que esse movimento é interrompido pela conjuntura (im)posta pela ditadura civil-militar, sendo retomada com mais afinco somente na década de 1970 – especialmente no segundo lustro da referida década (SIMIONATTO, 1999, p. 182) –, posto o período de “redemocratização”.

No que se refere aos momentos mais importantes (não os únicos) da vertente de *intenção de ruptura*, Simionatto (1999) concorda com as análises de Netto (2011a). Isso é perceptível na medida em que a autora destaca o “Método-BH” e a produção de Iamamoto (1982) como importantes momentos da referida perspectiva. No primeiro caso, Simionatto (1999) simplesmente repete a tese amplamente difundida no meio profissional de que a base teórica das proposituras dos formuladores do “Método-BH” “é constituída essencialmente pelas teses maoistas e althusserianas, enquanto o segundo centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências a Gramsci de ‘Americanismo e Fordismo’ e, mais especificamente, à questão dos intelectuais” (SIMIONATTO, 1999, p. 184).

Estes dois momentos podem ser destacados como formas de explicitar a vertente mais progressista em contraposição ao tradicionalismo na profissão e evidenciar também o seu amadurecimento. Para Netto (2011a, p. 275), estes dois ápices demarcam profundamente a vertente renovadora de *intenção de ruptura*. Na emergência desta, um primeiro movimento é levado a efeito com as elaborações documentadas, entre 1972-1975, pelo grupo da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG). Tal experiência, então, efetiva-se através da constituição de um grupo de jovens – composto majoritariamente por profissionais recém-formados após o Golpe de 1964 – liderado por Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. A despeito das problemáticas que cercaram a sua aproximação a determinadas vertentes da tradição marxista, tal grupo define uma nova e importante linha renovadora para o Serviço Social brasileiro, pois defende uma proposta de ruptura com

o tradicionalismo nos planos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Contudo, de acordo com Netto (2011a), somente com a produção de Iamamoto (1982) é que se chega à “maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura”.

Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte ‘clássica’ da tradição marxista para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Iamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil. (NETTO, 2011a, p. 276).

Na mesma linha reflexiva de Netto (2011a), Iamamoto (2012, p. 252) afirma que é com o texto publicado em 1982 que se tem, pela primeira vez dentro da categoria profissional, “uma abordagem histórico-sistemática sobre a produção e reprodução das relações sociais com base em um tratamento da teoria marxiana, apoiada no conjunto de sua obra – *O Capital* – até então ausente da produção acadêmica da área no País”.

[...] é a partir da publicação, em 1982, do seu ensaio mais conhecido que se pode identificar a aproximação do Serviço Social, no Brasil, às fontes clássicas do pensamento socialista revolucionário. Sem qualquer dúvida, entre nós foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica original de Marx. É possível dizer, sem o risco do exagero, que Marilda inaugurou no Brasil, a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx. [...] aquele trabalho de Marilda, rigorosamente acadêmico, não tem nada a ver com certa produção intelectual que se nutriu dos modismos em voga. (NETTO, 2013, p. 12).

Contudo, Simionatto (1999) compreende que a produção intelectual que faz referência ao pensamento marxista extrapola os dois momentos explicitados por Netto (2011a). Presente no final de 1970 e início de 1980, segundo a autora, tal acervo (sobretudo o segmento conectado ao “aporte teórico gramsciano”, alvo da tese de Simionatto) não foi analisado pelo autor de *Ditadura e Serviço Social*.

Observe-se que, no trabalho de Netto (2011a), não havia a intenção de analisar toda a bibliografia que pudesse ser inserida na vertente de *intenção de ruptura*, mas sim *signalizar os momentos mais importantes*. Em suas palavras: “À falta de um levantamento mínimo das várias iniciativas na linha de ruptura, estamos nos atendo somente àquela explicitação que foi efetivamente representativa e decisiva” (NETTO, 2011a, p. 263). Em rodapé, Netto (2011a, p. 252 – grifos nossos) também sinaliza:

Sabe-se que *pequenos grupos de profissionais*, desvinculados da academia, esforçaram-se, ao longo do período ditatorial, por desenvolver práticas alternativas ao tradicionalismo e às exigências sociopolíticas

da autocracia. *Esses esforços e seus resultados ainda guardam pesquisa acurada – mas é certo que sua gravitação nas representações do Serviço Social foi débil.*

Em outra nota (nº 310), o autor citado assinala:

Não afirmamos nem que a formulação belo-horizontina foi a única, nem que a ela não se seguiram intentos na perspectiva da intenção de ruptura (por exemplo, a experiência realizada por assistentes sociais vinculados à Universidade Federal do Maranhão, na *comunidade do Boqueirão*, no final da década de 70). (NETTO, 2011a, p. 263).

Ademais, em sua análise, Simionatto (1999) conclui que, após a avalanche althusseriana, as recorrências a Antônio Gramsci, então, tornam-se mais significativas no Serviço Social brasileiro, extrapolando também para as décadas de 1980 e 1990 (SIMIONATTO, 1999, p. 185).

Segundo a autora, Gramsci chega ao Brasil efetivamente na década de 1960. Ela identifica que, apesar das constrições ditatoriais – que se ampliam com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1968 –, a partir de 1966 parte da obra gramsciana começa a ser traduzida por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo. Assim, o pensamento do autor *sardo* de fato começa a transitar no debate partidário e acadêmico.

Além dos corolários do AI-5 para o mundo da cultura, outro obstáculo à introdução do pensamento gramsciano no Brasil, para Simionatto (1999), foi a hegemonia de uma esquerda profundamente marcada pelas ingerências do chamado “marxismo da Terceira Internacional” ou do “marxismo-leninismo”. Apesar da presença do referencial gramsciano nas Aca-demias na década de 1970, sua sistematização adquire maior relevo na transição para 1980, posto o ocaso do *Regime de Abril*.

Nas escolas de Serviço Social da PUC-SP, por exemplo, existiram disciplinas que tratavam do pensamento gramsciano: em 1977, na pós-graduação, na disciplina de “Política Social”, e em 1979, na graduação, com a disciplina “Teoria do Serviço Social”. Na PUC-RJ, a aproximação do Serviço Social com o pensamento gramsciano emerge em finais de 1970, principalmente por meio de divulgadores de outras áreas acadêmicas. Tal aproximação também é visualizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em finais de 1970, através da interlocução com as Ciências Sociais e com a Filosofia. Porém, é na década de 1980 que Gramsci aparece com mais força no Serviço Social brasileiro, com papel destacado nas produções e aulas de Carlos Nelson Coutinho.

No entanto, Simionatto (1999, p. 233) conclui que Alba Maria Pinho de Carvalho “é [autora d]o primeiro trabalho no âmbito do Serviço Social brasileiro a buscar apreender o pensamento gramsciano a partir das suas raízes; ele se coloca no debate profissional com uma nova proposta de reflexão no eixo da tradição marxista”. Segundo Simionatto (1999, p. 201),

trata-se “da primeira reconstrução cuidadosa e abrangente do pensamento de Gramsci que recorre às fontes originais”. No fim da década de 1970, o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão era um importante polo de estudos do pensamento gramsciano. Deste grupo faziam parte, além de Alba M. P. de Carvalho, nomes como: Franci Gomes Cardoso, Josefa Batista Lopes, Marina Maciel, dentre outros.

Em sua análise, Netto (2011a) também sinaliza para um *terceiro momento da perspectiva de intencção de ruptura* (a partir de 1985). Neste, o autor afirma que a profissão buscou recuperar as análises da tradição marxista dos momentos anteriores, com o objetivo de subsidiar sua atualidade profissional: “[...] da problemática da formação a campos de intervenção e espaços e políticas de prática” (NETTO, 2011a, p. 269).

Este processamento, não é difícil imaginá-lo, foi atravessado por contrafações que não podem passar sem alusão – em boa medida decorrentes da própria natureza da aproximação incipiente à tradição marxista. A mais evidente delas é o lastro eclético que percorre as formulações significativas desta vertente renovadora: marca presença no empirismo da elaboração belo-horizontina, é flagrável no primeiro patamar do momento de consolidação acadêmica e, consolidada a perspectiva, permanece dando o tom em formulações nas quais a ele se acresce o novo irracionalismo [...]. (NETTO, 2011a, p. 269-270).

Até o presente momento, as asserções de Netto (2011a) são as mais avançadas no que diz respeito à relação entre o Serviço Social brasileiro e a tradição marxista. Todo material por nós pesquisado (IAMAMOTO, 1982, 2008, 2012, 2013; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010; SANTOS, 2007; SIMIONATTO, 1999; SILVA, 1991; QUIROGA, 1991, entre outros) confirmou total ou parcialmente as ponderações do referido autor. Entretanto, mesmo sendo uma referência indispensável aos estudos da relação entre o Serviço Social e a tradição marxista, o livro de Netto (2011a) carece de maior aprofundamento analítico, uma vez que o foco de sua pesquisa era outro.

Numa avaliação *a posteriori*, nossa pesquisa indicou que ainda há lacunas a serem colmatadas. Dentre elas, podemos citar a inexistência de *estudos aprofundados* acerca das ingerências do estruturalismo althusseriano e/ou do maoísmo no Serviço Social e, de modo particular, sobre o “Metodo-BH”; também carecemos de estudos que recuperem as ingerências da tradição marxista na produção de autores como, por exemplo, Vicente de Paula Faleiros. Além disso, observa-se a ausência de estudos sobre a trajetória intelectual de muitos autores do Serviço Social e também sobre a qualidade da retenção que estes detiveram da dialética, dentre outras lacunas. Recuperar a relação entre o Serviço Social e a tradição dialética supõe revisar o movimento real da profissão na história recente do país, mas também trazer à baila as ações e os papéis dos sujeitos que também contribuíram para a construção do Serviço Social brasileiro.

Considerações finais

Sinteticamente, observamos que o Serviço Social brasileiro se aproxima de “insumos” da tradição marxista nos anos 1960. Esse movimento se efetiva pela vinculação de estudantes, profissionais e docentes que de algum modo se conectaram à militância político-partidária, principalmente de origem católica (JUC, JOC, MEB, AP etc), e, mais tarde e em menor medida, junto ao PCB. Contudo, é somente com a emergência da perspectiva de *intenção de ruptura* com o tradicionalismo profissional, no chamado “Método-BH” (de 1972-1975 na UCMG), que se tem uma aproximação *efetiva, sistemática e expressiva* à tradição marxista, o que não passou sem problemas de fundo.

A despeito dos importantíssimos avanços da experiência de BH para o Serviço Social brasileiro, “Não se pode omitir [...] as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional naquele momento” (IAMAMOTO, 2015, p. 238).

Dentre estas, podem ser destacadas: a atualização de marcas messiânicas – ainda que travestidas de uma roupagem politizada de ‘esquerda’ – no trato dos objetivos-fins profissionais; ‘a transformação do homem e da sociedade’ mediada pelos processos de capacitação, conscientização e organização, e inspirados na perspectiva de Paulo Freire, a pedagogia do oprimido. Decorre daí uma visão polarizadora da sociedade dividida entre opressores e oprimidos, alimentada por ingredientes teóricos extraídos do arsenal da vulgarização marxista. (IAMAMOTO, 2015, p. 238).

Nesta experiência, também encontramos “o neopositivismo althusseriano com vieses maoistas, valendo-se mesmo de impostações próprias da dogmática do marxismo-leninismo” (NETTO, 2005, p. 89). A dialética é retida como modelo que se *aplica à realidade* tendo em mira a obtenção da verdade (mas também, e aí sob a forma do *método profissional*, com vistas à própria “transformação social”). Neste passo, os formuladores de BH não percebem que “a dialética só é passível de descobrimento, jamais de aplicação” (CHASIN, 2009, p. 236).

Como se sabe, o *projeto de ruptura* com o conservadorismo (obstruído em 1975 por vários condicionantes como, por exemplo, o próprio regime autocrático burguês) é recuperado em finais de 1970 sob a lente de inúmeros profissionais, especialmente os ligados à universidade. A partir desta década, vale observar, vários protagonistas da profissão conhecem a produção marxiana/marxista através dos cursos de pós-graduação – dentro e/ou “fora” do Serviço Social.

No entanto, uma pertinente elaboração teórica é divulgada na literatura profissional em 1982. Se a experiência belo-horizontina havia demarcado alguma “*evolução*” frente às parcas aproximações (aos “marxismos”) da década de 1960, e se a recuperação do “seu” *projeto* se punha ao cabo de 1970, diga-se, ainda marcada pelo epistemologismo, um ponto

de corte entre tudo o que existia de interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, de fato, efetiva-se com a produção de 1982 de Marilda Villela Iamamoto.

Iamamoto se destaca na categoria profissional dos assistentes sociais efetivamente a partir da publicação da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que contou com a coautoria de Raul de Carvalho. A primeira parte desta produção é constituída por dois dos quatro capítulos da dissertação de mestrado *Legitimidade e crise do Serviço Social*. Nela, a autora analisa “a instituição Serviço Social” como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho no quadro maior da produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

Na obra supracitada, a produção capitalista é compreendida como produção e reprodução de relações sociais, e não meramente como produção e reprodução de mercadorias. Nas palavras da autora: “Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução espiritual” (IAMAMOTO, 1982, p. 90). A questão central para ela é compreender o Serviço Social inserido no processo de reprodução das relações sociais, além do modo como contribui para a continuidade dessas próprias relações (IAMAMOTO, 1982; IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). Para tanto, a autora se ancora em diversos textos de Marx (e de alguns marxistas como Antônio Gramsci e Henri Lefebvre), para pensar a gênese, as funções, o desenvolvimento e as “atualizações” do Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO, 1982). Nesta análise, a autora efetivamente estabelece uma interlocução *cuidadosa* com a literatura marxiana e marxista, de tal modo que esta referência “Constituiu-se em um clássico para a profissão, e a partir dessa obra ampliou-se a literatura do Serviço Social nessa orientação teórico-metodológica” (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 127, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n127/0101-6628-sssoc-127-0456.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de ética do/a assistente social comentado*. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- FALEIROS, V. C. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 24, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. *Legitimidade e crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão*. Piracicaba: USP, 1982.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. In CARDOSO, I. C. C.; MÔNICA, M. J. *Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista*. *Revista Em Pauta*, n.35, v.13, p. 225-247. Rio de Janeiro, UERJ. 2015.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico – metodológica. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 2010.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 4, 1991.
- _____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, 2005.
- _____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Apresentação. In: IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo, pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. M. M. R. *Aproximação do Serviço Social à tradução marxista: caminhos e descaminhos*. Tese (Doutorado) – São Paulo, PUC-SP, 1991.

SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

DOI: 10.12957/rep.2018.36694

Recebido em 31 de agosto de 2017.

Aceito para publicação em 26 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.